

Principais Grupos da Legislação Aplicável

1. Regulamentação Geral do Trabalho

Código do Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) e respetivas alterações. A listagem está atualizada até março de 2025 e considera alterações relevantes em matéria de cessação de contrato, compensações, convenções coletivas, teletrabalho, entre outros.

Diploma	Descrição	Data
Lei n.º 7/2009	Aprova o Código do Trabalho	12/02/2009
Lei n.º 53/2011	Novo sistema de compensação na cessação de contrato	14/10/2011
Lei n.º 3/2012	Renovação extraordinária dos contratos a termo certo	10/01/2012
Lei n.º 23/2012	Alterações significativas ao Código (banco de horas, compensações, despedimentos)	25/06/2012
Lei n.º 69/2013	Ajusta valores de compensação por cessação	30/08/2013
Lei n.º 76/2013	Nova renovação extraordinária dos contratos a termo certo	07/11/2013
Lei n.º 48-A/2014	Suspensão de cláusulas de convenções coletivas	31/07/2014
Lei n.º 27/2014	Critérios para despedimentos por extinção de posto/inadaptação	08/05/2014
Lei n.º 55/2014	Modifica prazos de caducidade das convenções coletivas	25/08/2014
Lei n.º 28/2016	Combate ao trabalho forçado; altera o Código do Trabalho e SST	23/08/2016
Lei n.º 83/2021	Teletrabalho, acidentes e doenças profissionais	06/12/2021
Lei n.º 13/2023	Transparência e previsibilidade nas condições de trabalho (Diretiva UE)	03/04/2023
Lei n.º 32/2025	Introduz o Art. 252.º-B: faltas justificadas por endometriose/adenomiose	27/03/2025

2. Regulamentação Geral de Segurança e Saúde no Trabalho

Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, incluindo diplomas complementares que regulamentam locais de trabalho, prevenção de acidentes, ficha de aptidão, licenciamento de empresas, entre outros. A listagem está atualizada até julho de 2025 e considera diplomas diretamente aplicáveis à gestão de SST em obras e empresas.

Diploma	Descrição	Data
Lei n.º 102/2009	Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho	10/09/2009
Lei n.º 42/2012	Acesso e exercício das profissões de técnico de segurança	28/08/2012
Lei n.º 3/2014	Altera a Lei n.º 102/2009 e o DL 116/97 (navios de pesca)	28/01/2014
Decl. Ret. n.º 20/2014	Retifica a Lei n.º 3/2014	27/03/2014
DL n.º 347/93 e Port. n.º 987/93	Prescrições mínimas de SST nos locais de trabalho	01 e 06/10/1993
Lei n.º 113/99	Altera os diplomas anteriores sobre SST	03/08/1999
Portaria n.º 71/2015	Modelo de ficha de aptidão para o trabalho	10/03/2015
Portaria n.º 55/2010	Relatório anual de atividade social da empresa	21/01/2010
DL n.º 374/98	Prescrições mínimas de SST em máquinas e produtos	24/11/1998
DL n.º 260/2009	Licenciamento de empresas de trabalho temporário	25/09/2009
Lei n.º 23/2007	Entrada, permanência e afastamento de estrangeiros	04/07/2007
Lei n.º 29/2012	Altera a Lei n.º 23/2007, republicando-a	09/08/2012
Portaria n.º 11/2000	Cálculo do capital de remição e cauções	13/01/2000
DL n.º 254/2007	Prevenção de acidentes graves com substâncias perigosas	12/07/2007
Lei n.º 107/2009	Regime processual de contraordenações laborais e sociais	14/09/2009

Lei n.º 63/2013	Combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços	27/08/2013
-----------------	--	------------

3. Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

Legislação nacional aplicável ao regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo normas sobre reabilitação, reintegração, incapacidades, fundos e seguros obrigatórios. Atualizado conforme diplomas legais vigentes até 2025.

Diploma	Descrição	Data
Lei n.º 98/2009	Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho.	04/09/2009
Decreto Regulamentar n.º 76/2007	Altera o DR n.º 6/2001, atualizando a lista das doenças profissionais e o respetivo índice codificado.	17/07/2007
Decreto-Lei n.º 352/2007	Aprova a nova Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.	23/10/2007
Decreto-Lei n.º 185/2007	Altera o Decreto-Lei n.º 142/99 sobre o Fundo de Acidentes de Trabalho.	10/05/2007
Decreto Regulamentar n.º 6/2001	Aprova a Lista de Doenças Profissionais e o respetivo índice codificado.	05/05/2001
Decreto Regulamentar n.º 5/2001	Regulamenta a composição, a competência e o funcionamento da Comissão Nacional de Revisão da Lista das Doenças Profissionais.	03/05/2001
Portaria n.º 11/2000	Aprova as bases técnicas para cálculo do capital de remição das pensões de acidentes de trabalho.	13/01/2000
Decreto-Lei n.º 159/1999	Regulamenta o seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes.	11/05/1999
Decreto-Lei n.º 142/1999	Cria o Fundo de Acidentes de Trabalho previsto no artigo 39.º da Lei n.º 100/97.	30/04/1999
Portaria n.º 137/1994	Estabelece regras relativas à informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.	08/03/1994
Decreto-Lei n.º 362/1993	Estabelece regras relativas à informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.	15/10/1993
Decreto n.º 22/1993	Ratifica a Convenção n.º 160 da OIT, relativa às estatísticas do trabalho.	26/06/1993
Declaração de Retificação n.º 20-F/2001	Retifica o Decreto-Lei n.º 245/2001, que reestrutura o CNHST.	31/10/2001

4. Segurança na Construção Civil

Regulamentação relativa à segurança e saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, incluindo prescrições mínimas, instalações provisórias, organização dos estaleiros e responsabilidades dos intervenientes.

Diploma	Descrição	Data
Decreto n.º 41821	Regulamento de segurança no trabalho da construção civil	11/08/1958
Decreto n.º 46427	Regulamento das instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado nas obras	10/07/1965
Portaria n.º 101/96	Prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais e postos de trabalho de estaleiros temporários ou móveis	03/04/1996

Decreto-Lei n.º 273/2003	Regulamenta as condições de segurança e saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, revogando o Decreto-Lei n.º 155/95	29/10/2003
Decreto-Lei n.º 130/2013, de 10 de Setembro	Execução das obrigações do Regulamento (UE) n.º 305/2011 sobre produtos de construção; revoga a Diretiva 89/106/CEE	10/09/2013
Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa	Republicado no DR n.º 74 de 16/04/2013 – Aviso n.º 5147/2013 (deliberações n.º 22/AML/2013 e n.º 24/AML/2013)	16/04/2013
Regulamento de Ocupação da Via Pública com Estaleiros de Obras (ROVPEO)	Aprovado pela Deliberação n.º 263/AML/2014; publicado no Boletim Municipal n.º 1079	23/10/2014

5. Equipamentos de Proteção Individual

A utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) em contexto de obra está sujeita à conformidade com a regulamentação nacional e europeia. No caso de EPIs importados, especialmente de países terceiros, é obrigatória a verificação da conformidade com os requisitos essenciais de saúde e segurança estabelecidos no Regulamento (UE) 2016/425 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016. Somente poderão ser utilizados EPIs com marcação CE válida e acompanhados de declaração de conformidade emitida por organismo notificado da União Europeia

Diploma	Descrição	Data
Regulamento (UE) 2016/425	Estabelece requisitos para a conceção, fabrico e comercialização de EPIs na União Europeia.	09/03/2016
Decreto-Lei n.º 128/93	Transpõe a Diretiva 89/686/CEE relativa a EPIs (substituída pelo Regulamento (UE) 2016/425).	22/04/1993
Decreto-Lei n.º 374/98	Estabelece requisitos essenciais de segurança para equipamentos, incluindo EPIs, máquinas e aparelhos diversos.	24/11/1998
Lei n.º 102/2009	Estabelece a obrigatoriedade do uso de EPIs sempre que os riscos não possam ser evitados por outros meios.	10/09/2009
Portaria n.º 988/93	Define os requisitos técnicos e os métodos de ensaio aplicáveis a determinados EPIs.	06/10/1993

6. Máquinas, Equipamentos e Materiais de Estaleiro

Legislação aplicável à utilização de máquinas, equipamentos e materiais em estaleiros temporários ou móveis, incluindo normas sobre comercialização, segurança, ruído e condições de operação. Atualizado até julho de 2025.

Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 50/2005	Prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho. Transpõe a Diretiva 2001/45/CE. Revoga o DL 82/99.	25/02/2005
Portaria n.º 172/2000	Define a complexidade e as características das máquinas usadas que revistam especial perigosidade.	23/03/2000
Decreto-Lei n.º 214/95	Estabelece as condições mínimas de utilização e comercialização de máquinas usadas.	18/08/1995
Decreto-Lei n.º 103/2008	Regras para colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e quase-máquinas. Transpõe a Diretiva 2006/42/CE.	24/06/2008
Decreto n.º 513/70	Regulamento de Segurança dos Elevadores Elétricos (incluindo ascensores de estaleiro). Alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 13/80.	30/10/1970

Decreto-Lei n.º 221/2006	Regulamento das emissões sonoras de equipamentos para uso no exterior. Transpõe a Diretiva 2005/88/CE.	08/11/2006
7. Sinalização de Segurança e Saúde no Trabalho		
<i>Legislação relativa às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e saúde no trabalho, incluindo sinalização em obras e obstáculos temporários em vias públicas. Atualizado até julho de 2025.</i>		
Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 141/95	Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e saúde no trabalho.	14/06/1995
Portaria n.º 1456-A/95	Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho.	11/12/1995
Decreto Regulamentar n.º 22-A/98	Aprova o regulamento de sinalização do trânsito, com destaque para o Capítulo V – Sinalização temporária de obras e obstáculos na via pública.	01/10/1998
Decreto Regulamentar n.º 41/2002	Altera o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, atualizando normas sobre sinalização de trânsito temporária em obras.	20/08/2002
8. Exposição ao Ruído		
<i>Legislação relativa às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e saúde no trabalho, incluindo sinalização em obras e obstáculos temporários em vias públicas. Atualizado até julho de 2025.</i>		
Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 9/2007	Aprova o Regulamento Geral do Ruído. Revoga o Decreto-Lei n.º 292/2000. Estabelece critérios para avaliação, prevenção e controlo da poluição sonora.	17/01/2007
Decreto-Lei n.º 278/2007	Altera o Decreto-Lei n.º 9/2007, clarificando o regime jurídico do ruído ambiente, nomeadamente para obras e atividades temporárias.	01/08/2007
Decreto-Lei n.º 182/2006	Transpõe a Diretiva 2003/10/CE. Define prescrições mínimas de segurança e saúde quanto à exposição dos trabalhadores ao ruído.	06/09/2006
9. Exposição a Vibrações		
<i>Legislação nacional atualizada, em conformidade com a Diretiva 2002/44/CE, de aplicação obrigatória em contextos de construção e estaleiros. Inclui os valores de exposição e obrigações do empregador atualizados até 2025.</i>		
Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 46/2006	Transpõe a Diretiva 2002/44/CE. Estabelece valores de ação e limite para vibrações corpo inteiro e mão-braço, avaliação de riscos e medidas preventivas.	24/02/2006
Decreto-Lei n.º 278/2007	Altera o D.L. 46/2006 clarificando prazos e procedimentos relativos ao ruído e vibrações ambiente.	01/08/2007
Norma NP ISO 5349-1 e 5349-2	Normas técnicas para medição e avaliação da exposição a vibrações no sistema mão-braço e corpo inteiro.	2009 / 2014

10. Exposição a Riscos Elétricos

A exposição a riscos elétricos em obras e estaleiros temporários em Portugal é regulada por um conjunto de diplomas técnicos e legais, que visam garantir a segurança dos trabalhadores e a conformidade das instalações elétricas. Inclui obrigações do empregador atualizadas até 2025.

Diploma	Descrição	Data
Portaria n.º 949-A/2006	Aprova o RTIEBT – Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão	11/09/2006
Decreto-Lei n.º 226/2005	Estabelece os procedimentos de aprovação das RTIEBT	28/12/2005
Declaração de Retificação n.º 11/2006	Retifica o DL 226/2005, quanto à terminologia técnica e artigos numerados	23/02/2006
Decreto-Lei n.º 517/80	Estabelece normas para elaboração de projetos de instalações elétricas de serviço particular	31/10/1980
Decreto-Lei n.º 101/2007	Simplifica o licenciamento de instalações elétricas; altera os DLs 26852/36, 517/80 e 272/92	02/04/2007
Portaria n.º 37/70	Aprova as instruções de primeiros socorros em acidentes por corrente elétrica	21/01/1970
Declaração DR n.º 42/70	Retifica a Portaria n.º 37/70	19/02/1970
Decreto n.º 42895/60	Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e Seccionamento	31/03/1960
Decreto Regulamentar n.º 14/77	Altera o Decreto 42895/60	18/02/1977
Decreto Regulamentar n.º 56/85	Altera o Decreto 42895/60	06/09/1985
Decreto Regulamentar n.º 90/84	Regula a segurança das Redes de Distribuição em Baixa Tensão	26/12/1984
Decreto Regulamentar n.º 1/92	Aprova o Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão	18/02/1992
Decreto-Lei n.º 96/2017	Estabelece o regime jurídico das instalações elétricas de serviço particular (tipos A, B e C)	10/08/2017

11. Exposição a Agentes Perigosos

Legislação nacional aplicável à exposição a agentes perigosos, especificamente relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos de atmosferas explosivas em contextos laborais, incluindo construção civil e armazenagem de produtos explosivos. Atualizado até 2025.

Atmosferas Explosivas

Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 236/2003	Proteção da segurança e saúde dos trabalhadores expostos a riscos de atmosferas explosivas	30/09/2003
Decreto-Lei n.º 139/2002	Aprova o regulamento de segurança dos estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos	17/05/2002

Agentes Químicos

Diploma	Descrição	Data
---------	-----------	------

Decreto-Lei n.º 24/2012	Prescrições mínimas de proteção contra exposição a agentes químicos no trabalho; transpõe a Diretiva 2009/161/UE	06/02/2012
Decreto-Lei n.º 305/2007	Transpõe a Diretiva 2006/15/CE, que estabelece valores limite de exposição a agentes químicos; altera o DL 290/2001	24/08/2007
Agentes Biológicos		
Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 84/97	Prescrições mínimas de proteção dos trabalhadores contra exposição a agentes biológicos	16/04/1997
Decreto-Lei n.º 102-A/2020	Atualiza o DL 84/97 com novas classificações de agentes biológicos; transpõe Diretiva (UE) 2020/739	09/12/2020
Portaria n.º 405/98	Aprova a classificação de agentes biológicos (Grupos 2, 3 e 4)	11/07/1998
Portaria n.º 1036/98	Altera a lista aprovada pela Portaria n.º 405/98	15/12/1998
Agentes Gestão de Resíduos e Resíduos Perigosos		
Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 178/2006	Aprova o regime geral da gestão de resíduos; transpõe Diretivas 2006/12/CE e 91/689/CEE; revoga o DL 239/97	05/09/2006
Decreto-Lei n.º 73/2011	Altera o DL 178/2006; transpõe a Diretiva 2008/98/CE sobre resíduos e altera regimes jurídicos conexos	17/06/2011
Decreto-Lei n.º 24/2012	Prescrições mínimas para proteção contra exposição a agentes químicos no trabalho; transpõe Diretiva 2009/161/UE	06/02/2012
Agentes Cancerígenos e Mutagênicos		
Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 301/2000	Proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagênicos no trabalho	18/11/2000
Decreto-Lei n.º 479/85	Regulamenta substâncias, agentes e processos industriais com risco cancerígeno efetivo ou potencial	13/11/1985
Decreto-Lei n.º 348/89	Normas e diretivas de proteção contra radiações ionizantes	12/10/1989
Decreto Regulamentar n.º 9/90	Complementa as normas sobre proteção contra radiações ionizantes	19/04/1990
Decreto Regulamentar n.º 3/92	Altera o DR n.º 9/90 sobre radiações ionizantes	04/12/1992
Radiações Ionizantes		
Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 301/2000	Proteção contra riscos de exposição a agentes cancerígenos ou mutagênicos no trabalho	18/11/2000
Decreto-Lei n.º 35/2020	Atualiza o DL 301/2000 com novos valores-limite de exposição	13/07/2020
Decreto-Lei n.º 102-A/2020	Consolida a legislação sobre agentes cancerígenos/mutagênicos; inclui Diretiva (UE) 2022/431	09/12/2020
Decreto-Lei n.º 348/89	Normas gerais de proteção contra radiações ionizantes	12/10/1989
Decreto Regulamentar n.º 9/90	Complementa normas do DL 348/89 sobre proteção radiológica	19/04/1990
Decreto Regulamentar n.º 3/92	Altera o DR n.º 9/90	04/12/1992

Decreto-Lei n.º 165/2002	Define princípios e competências para proteção contra radiações; transpõe Diretiva 96/29/EURATOM	17/07/2002
Decreto-Lei n.º 167/2002	Regula o licenciamento de entidades e dosimetria na proteção radiológica	18/07/2002
Decreto-Lei n.º 174/2002	Estabelece regras de intervenção em emergências radiológicas	25/07/2002
Decreto-Lei n.º 140/2005	Define valores de dispensa de declaração para práticas com radiações ionizantes	17/08/2005
Decreto-Lei n.º 38/2007	Controlo de fontes radioativas seladas, fontes órfãs e de alta atividade	19/02/2007
Decreto-Lei n.º 222/2008	Normas sanitárias específicas de proteção contra perigos das radiações ionizantes	17/11/2008
Decreto-Lei n.º 108/2018	Regime jurídico da proteção radiológica; transpõe Diretiva 2013/59/Euratom	03/12/2018
Decreto-Lei n.º 139-D/2023	Altera o DL 108/2018; integra formação e certificação profissional em proteção radiológica	29/12/2023

12. Exposição ao Amianto

Legislação nacional relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto em contextos laborais, incluindo construção, reabilitação, demolições e remoções de materiais contendo fibras de amianto. Inclui diplomas atualizados até 2025, com base nas diretivas europeias e metas nacionais para eliminação do amianto.

Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 266/2007	Proteção dos trabalhadores contra exposição ao amianto; transpõe a Diretiva 2003/18/CE; revoga DL 284/89	24/07/2007
Decreto-Lei n.º 284/89	Proteção sanitária contra exposição ao amianto; revogado pelo DL 266/2007	24/08/1989
Portaria n.º 1049/93	Normas para descarga de águas residuais em atividades com manuseamento de amianto	19/10/1993
Lei n.º 63/2018	Estabelece metas e procedimentos para remoção de amianto em edifícios e instalações	10/10/2018

13. Exposição – Proximidade de Combustíveis Líquidos

Legislação nacional relativa à segurança e regulamentação da construção, exploração e licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis líquidos. Inclui os diplomas legais em vigor até 2025, com alterações e atualizações aplicáveis.

Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 302/2001	Estabelece o quadro legal para construção e exploração de postos de abastecimento de combustíveis	23/11/2001
Portaria n.º 131/2002	Regulamento técnico de construção e exploração de postos de abastecimento de combustíveis	09/02/2002
Portaria n.º 362/2005	Altera o Regulamento aprovado pela Portaria n.º 131/2002, ajustando critérios de segurança em áreas sensíveis	04/04/2005
Decreto-Lei n.º 267/2002	Regula o licenciamento e fiscalização das instalações de combustíveis líquidos	26/11/2002
Decreto-Lei n.º 195/2008	Altera o DL 267/2002 no âmbito das competências da DGEG e da simplificação administrativa	06/10/2008
Decreto-Lei n.º 217/2012	Procede à terceira alteração ao DL 267/2002, introduzindo medidas de desburocratização no licenciamento	09/10/2012

14. Exposição – Movimentação Cargas (Manual e Mecânica)

Legislação Legislação nacional relativa à movimentação manual e mecânica de cargas, incluindo requisitos de segurança e saúde para evitar lesões músculo-esqueléticas e acidentes com equipamentos de elevação. Abrange tanto o esforço físico direto como a utilização de equipamentos mecânicos de apoio. Atualizado até 2025.

Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 330/93	Prescrições mínimas de segurança e saúde para movimentação manual de cargas; transpõe a Diretiva 90/269/CEE	25/09/1993
Decreto-Lei n.º 50/2005	Regras de segurança na utilização de equipamentos de trabalho, incluindo movimentação mecânica de cargas	25/02/2005

15. Equipamentos Dotados de Visor

Legislação nacional relativa à segurança e saúde dos trabalhadores que utilizam equipamentos dotados de visor, como monitores de computador. Inclui normas ergonómicas, de iluminação, pausas, postura e organização do posto de trabalho. Atualizado até 2025 conforme transposição da Diretiva 90/270/CEE.

Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 349/93	Normas mínimas de segurança e saúde para o trabalho com equipamentos dotados de visor; transpõe a Diretiva 90/270/CEE	01/10/1993
Portaria n.º 989/93	Prescrições técnicas de segurança para postos de trabalho com visor; complementa o DL 349/93	06/10/1993

16. Trabalhos em Minas e Pedreiras

Legislação nacional relativa à segurança e higiene no trabalho aplicável a atividades em minas e pedreiras, incluindo operações de extração, desmonte, transporte, ventilação, e proteção dos trabalhadores em ambientes subterrâneos ou a céu aberto. Atualizado até 2025.

Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 162/90	Aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras; revoga o DL 18/85	22/05/1990

17. Trabalhos em Caixões de Ar Comprimido

Legislação nacional relativa à segurança e higiene no trabalho em caixões de ar comprimido, aplicável a atividades em ambientes hiperbáricos com pressão atmosférica superior à normal. Abrange normas sobre acesso, vigilância médica, duração de turnos, descompressão e procedimentos de emergência. Atualizado até 2025.

Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 49/82	Regulamento de higiene e segurança no trabalho em caixões de ar comprimido	18/02/1982

18. Sistemas Públicos de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais

Legislação nacional relativa à segurança, higiene e saúde no trabalho aplicável à exploração dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de drenagem de águas residuais urbanas. Abrange atividades de operação, manutenção, monitorização e resposta a emergências nas infraestruturas hidráulicas municipais. Atualizado até 2025.

Diploma	Descrição	Data
Portaria n.º 762/2002	Aprova o Regulamento de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na Exploração dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais	01/07/2002

19. Máquinas, Equipamentos de Trabalho e Aparelhos de Elevação de Movimentação

Legislação nacional aplicável a máquinas e equipamentos de trabalho, incluindo aparelhos de elevação e movimentação, em conformidade com as diretivas comunitárias e os requisitos técnicos de segurança. Esta compilação reflete o enquadramento legal atualizado até 2025, abrangendo a colocação no mercado, utilização, manutenção e inspeção dos equipamentos.

Diploma	Descrição	Data
Portaria n.º 1106/2009	Instrumentos de Medição de Radiações Ionizantes.	24/09/2009
Portaria n.º 977/2009	Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico dos Sonómetros e revoga a Portaria n.º 1069/89.	01/09/2009
Decreto-Lei n.º 103/2008	Regras para colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas. Transpõe a Diretiva 2006/42/CE.	24/06/2008
Portaria n.º 1556/2007	Aprova o Regulamento dos Alcoolímetros. Revoga a Portaria n.º 748/94.	10/12/2007
Portaria n.º 58/2005	Normas para emissão de CAP e homologação de cursos de manobrador de equipamentos.	21/01/2005
Decreto-Lei n.º 50/2005	Prescrições mínimas de segurança na utilização de equipamentos de trabalho. Transpõe Diretivas 89/63/CE, 95/63/CE, 2001/45/CE.	25/02/2005
Decreto-Lei n.º 320/2002	Manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes.	28/12/2002
Decreto-Lei n.º 225/2001	Transpõe Diretiva 2000/3/CE. Aprova o Regulamento de Homologação dos Cintos de Segurança.	11/08/2001
Decreto-Lei n.º 172/2000	Define complexidade e características de máquinas usadas com especial perigosidade.	23/03/2000
Decreto-Lei n.º 374/98	Altera o Decreto-Lei n.º 383/93. Art. 1º revogado pelo DL 320/2001.	01/12/1998
Decreto-Lei n.º 295/98	Princípios Gerais de Segurança relativos à utilização de máquinas.	22/09/1998
Decreto-Lei n.º 214/95	Condições de utilização e comercialização de máquinas usadas.	18/08/1995
Decreto-Lei n.º 139/95	Altera o Decreto-Lei n.º 383/93.	14/06/1995
Decreto-Lei n.º 383/93	Prescrições mínimas de segurança para fabrico e comercialização de instrumentos de pesagem não automáticos.	18/11/1993
Portaria n.º 1456-A/95	Regulamenta sinalização de segurança e saúde. Revoga Portaria 434/83.	11/12/1995
Portaria n.º 989/93	Regulamenta o Decreto-Lei n.º 349/93.	06/10/1993
Decreto-Lei n.º 349/93	Prescrições de segurança para trabalho com equipamentos com visor. Transpõe Diretiva 90/270/CEE.	01/10/1993
Decreto-Lei n.º 128/93	Exigências técnicas de segurança para EPI.	22/04/1993
Portaria n.º 1209/91	Declaração do fabricante e marcação de acessórios de elevação.	19/12/1991
Decreto-Lei n.º 286/91	Prescrições técnicas de segurança para aparelhos de elevação e movimentação.	09/08/1991
Decreto-Lei n.º 105/91	Regime de colocação no mercado de máquinas e material de estaleiro.	08/03/1991
Decreto-Lei n.º 62/88	Obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nas instruções de equipamentos industriais.	27/02/1988

20. Substâncias e Preparações Perigosas

Legislação relativa à prevenção de acidentes graves, classificação, embalagem, rotulagem e comercialização de substâncias e preparações perigosas, em conformidade com diretivas europeias.

Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de Agosto	Regime de prevenção de acidentes graves com substâncias perigosas; transpõe a Diretiva 2012/18/UE	05/08/2015
Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de Maio	Transpõe a Diretiva 2014/27/UE para adaptação das diretivas à classificação e rotulagem (Regulamento CE 1272/2008)	28/05/2015
Decreto-Lei n.º 155/2013, de 05 de Novembro	Altera o DL 82/2003 e transpõe parcialmente a Diretiva 2013/21/UE sobre classificação e rotulagem de preparações perigosas	05/11/2013
Decreto-Lei n.º 98/2010, de 11 de Agosto	Classificação, embalagem e rotulagem de substâncias perigosas; transpõe Diretivas 2008/112/CE e 2006/121/CE	11/08/2010
Decreto-Lei n.º 63/2008, de 2 de Abril	Altera o DL 82/2003 e transpõe as Diretivas 2004/66/CE, 2006/8/CE e 2006/96/CE	02/04/2008
Decreto-Lei n.º 82/2003, de 23 de Abril	Transpõe a Diretiva 1999/45/CE relativa à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas	23/04/2003

21. Trabalho em Espaço Confinado

Legislação nacional e europeia aplicável à prevenção de riscos em espaços confinados, incluindo normas sobre substâncias perigosas, atmosferas explosivas e equipamentos de proteção. Engloba requisitos específicos para o setor da construção, com destaque para estaleiros temporários ou móveis, e incorpora boas práticas internacionais e orientações técnicas da ACT.

Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 50/2005, de 05 de Agosto	Regime de prevenção de acidentes graves com substâncias perigosas; transpõe a Diretiva 2012/18/UE	25/02/2005
Decreto-Lei n.º 273/2003	Regulamenta as condições de segurança e saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, revogando o Decreto-Lei n.º 155/95	29/10/2003
Diretiva 89/391/CEE	Medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos Trabalhadores no Trabalho.	12/06/1989
Diretiva 89/655/CEE	Prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho no trabalho.	30/11/1989
EN 60079-10	Classificação de áreas com risco de explosão à presença de gases ou vapores inflamáveis.	10/2006
EN 529:2005	Dispositivo para seleção de proteção respiratória	12/10/2005
Boas Práticas Internacionais e Orientações Técnicas/ACT	Link 1 - Trabalho em Espaço Confinado	31/07/2025

22. Controlo de Alcoolemia

Legislação nacional relativa ao controlo metrológico legal de alcoolímetros utilizados em contexto profissional e de fiscalização. Abrange os requisitos técnicos e legais aplicáveis aos instrumentos de medição da taxa de alcoolemia, em conformidade com os normativos europeus e recomendações OIML. Atualizado até 2025.

Diploma	Descrição	Data
Portaria n.º 1556/2007	Regulamento do controlo metrológico legal dos alcoolímetros (revogada)	10/12/2007
Portaria n.º 366/2023	Novo regulamento do controlo metrológico legal dos alcoolímetros, revoga a Portaria n.º 1556/2007	15/11/2023

23. Organização da Emergência e Extinção de Incêndios

Legislação nacional complementar ao regime jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE), referente à organização da emergência, credenciação de entidades, sistemas informáticos e taxas de serviços. Aplica-se a todas as entidades que atuam na comercialização, instalação, manutenção ou fiscalização de equipamentos e sistemas SCIE.

Emergência

Diploma	Descrição	Data
Decreto-Lei n.º 220/2008	Estabelece o regime jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE).	12/11/2008
Decreto-Lei n.º 224/2015	Primeira alteração ao DL 220/2008, republica o regime jurídico do SCIE com atualizações.	09/10/2015
Portaria n.º 1532/2008	Aprova o Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RT-SCIE).	29/12/2008
Portaria n.º 135/2020	Altera o RT-SCIE aprovado pela Portaria n.º 1532/2008, atualizando critérios técnicos.	02/06/2020

Extinção de Incêndios

Diploma	Descrição	Data
Portaria n.º 1054/2009	Estabelece as taxas devidas pelos serviços prestados pela ANPC no âmbito do SCIE.	16/09/2009
Portaria n.º 773/2009	Define o procedimento de registo na ANPC das entidades que atuam com SCIE.	21/07/2009
Portaria n.º 610/2009	Regulamenta o funcionamento do sistema informático previsto no artigo 32.º do DL 220/2008.	22/01/2009
Portaria n.º 64/2009	Estabelece o regime de credenciação de entidades para emissão de pareceres e realização de vistorias SCIE.	22/01/2009

24. Proteção de Dados Pessoais

Legislação nacional e europeia sobre a proteção de dados pessoais, com foco na aplicação em ambientes laborais e contextos de obra. Inclui o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a legislação nacional de execução e normas específicas para tratamento de dados por autoridades competentes, assegurando o cumprimento dos princípios de licitude, transparência e segurança da informação.

Diploma	Descrição	Data
Lei n.º 67/98	Lei de Proteção de Dados Pessoais — transpõe a Diretiva 95/46/CE (revogada).	26/10/1998
Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD)	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados — aplicável diretamente em Portugal.	25/05/2018

Lei n.º 58/2019	Assegura a execução do RGPD em Portugal e revoga a Lei n.º 67/98.	08/08/2019
Lei n.º 59/2019	Transpõe a Diretiva (UE) 2016/680 — dados pessoais tratados por autoridades competentes em matéria penal.	08/08/2019

25. Técnico e Técnico Superior de SST

Legislação atualizada referente ao regime de acesso e exercício das profissões de Técnico de Segurança no Trabalho e Técnico Superior de Segurança no Trabalho, em conformidade com a Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto. Esta norma estabelece os requisitos de qualificação, título profissional, obrigações legais e regime sancionatório aplicável.

Diploma	Descrição	Data
Lei n.º 42/2012	Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de Técnico de Segurança no Trabalho e de Técnico Superior de Segurança no Trabalho. Define os requisitos académicos, certificações obrigatórias, título profissional emitido pela ACT, contraordenações aplicáveis e reconhecimento de entidades formadoras.	28/08/2012

26. Trabalhos com Explosivos e Ambientes ATEX

Legislação Nacional e Europeia relativa ao fabrico, armazenagem, utilização e aplicação de explosivos em obras de construção civil, bem como à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores expostos a atmosferas explosivas. Inclui o regime específico para trabalhos de risco especial em estaleiros temporários (uso de explosivos em demolições e desmontes), o enquadramento de segurança aplicável a equipamentos ATEX, e o regime SEVESO de prevenção de acidentes graves em caso de armazenagem significativa. Atualizado até 2025.

Diploma	Descrição	Data
Decreto Lei n.º 273/2003	Aprova a segurança e saúde em estaleiros temporários ou móveis. Art. 11.º - Trabalhos de risco especial, incluindo o uso de explosivos em obra.	29/10/2003

NOTA: (Uso de Explosivos) Nos PSS/DEPSS, os trabalhos com explosivos devem constar como risco especial, com plano específico de execução autorizado pela PSP/DGEG.

Diploma	Descrição	Data
Decreto Lei n.º 236/2003	Prescrições mínimas de proteção da SST em locais com risco de atmosferas explosivas. Transpõe a Diretiva 1999/92/CE (ATEX "Utilização").	30/09/2003

NOTA: (Atmosfera Explosiva) Obriga à classificação de zonas ATEX (0, 1, 2 / 20, 21, 22) e uso de equipamentos adequados com marcação Ex.

Diploma	Descrição	Data
Decreto Lei n.º 111-C/2017	Regras de colocação no mercado de aparelhos e sistemas de proteção destinados a uso em atmosferas potencialmente explosivas. Transpõe a Diretiva 2014/34/EU (ATEX "Equipamentos").	31/08/2017

NOTA: (Atmosfera Explosiva) Complementa o DL. 236/2003, aplicando-se a fabricantes e fornecedores de equipamentos de obra sujeito a risco de explosão.

Diploma	Descrição	Data
Decreto Lei n.º 150/2015	Regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas (SEVESO III). Aplicável a armazenagem de explosivos em quantidades acima dos limiares legais.	29/10/2003

NOTA: (Armazenagem e Transporte) Estaleiros com armazenagem significativa de explosivos podem ser classificados como estabelecimentos de nível inferior ou superior, sujeitos a comunicação à APA e planos específicos de emergência.

Diploma	Descrição	Data
Decreto Lei n.º 139/2002	Aprova o Regulamento de Segurança dos Estabelecimentos de Fabrico e de Armazenagem de Produtos Explosivos. Define os requisitos legais, técnicos e organizacionais, bem como as condições de licenciamento e fiscalização pela PSP.	17/05/2002

NOTA: (Armazenagem e Transportes) Em obras de construção civil, este diploma aplica-se apenas quando existia armazenagem temporária em paióis autorizados, não sendo aplicável ao uso pontual de explosivos em demolições ou desmontes, que são enquadrados pelo DL 273/2003.